

IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS EM EMPRESAS TURÍSTICAS RURAIS

MAIARA MORAES COSTA¹; **GIULIA VERRUCK TORTOLA²**; **TATIANA PORTO DE SOUZA³**, **LICIANE OLIVEIRA DA ROSA⁴**, **ÉRICO KUNDE CORRÊA⁵**
LUCIARA BILHALVA CORRÊA⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – maiaramoraes_ @hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – giuliaverruck@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – tatiporto_pel@hotmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – licianeoliveira2008@hotmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – ericokundecorrea@yahoo.com.br*

⁶*Universidade Federal de Pelotas – luciarabc@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Muitos turistas têm buscado o contato direto com a natureza e fuga dos ambientes urbanos, procurando equilíbrio com os meios naturais. Como consequência disso, ocorre o fluxo intenso de visitação para essas regiões, onde o ambiente sofre modificações por conta do desenvolvimento turístico. Dessa forma, nota-se a necessidade de um planejamento turístico para que os danos causados no local sejam evitados. Sendo assim, é possível que seja mantida a atratividade do local e se estabeleça uma relação harmoniosa entre o desenvolvimento turístico e os recursos disponíveis na região (RUSCHMANN, 2012).

O ambiente é, inevitavelmente, modificado assim que a atividade turística acontece. Para isso, a avaliação de impacto ambiental permite o prognóstico de ações ambientais a serem implantadas em determinados locais. Devido a existência de muitos ambientes vulneráveis, essa avaliação tornou-se mais frequente e também necessária, considerando que é um empreendimento turístico que possui relacionamento com o meio ambiente. Uma das possibilidades dessa avaliação é comparar empreendimentos alternativos e destinar recursos para que aumentem os benefícios financeiros e diminuam os impactos ambientais negativos (COOPER, et al 2007).

A Lei nº 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) (BRASIL, 2010) presume a não geração de resíduos sólidos e práticas de consumo sustentável. A PNRS preconiza a reciclagem e a reutilização de resíduos sólidos que possuem valor econômico pela a reciclagem e a destinação ambientalmente correta dos rejeitos.

Com o propósito de desenvolver o turismo sustentável, foram desenvolvidas normas, como a NBR 15401 (ABNT, 2006), a qual dispõe sobre a Gestão de Sustentabilidade em Meios de Hospedagem, que estabeleçam condições mínimas de sustentabilidade e que permitam planejar e operar suas atividades de acordo com os princípios estabelecidos pelo turismo sustentável. Dessa forma, esta norma é caracterizada como uma referência para os empreendimentos hoteleiros e, consequentemente, turísticos que visam contribuir para o crescimento do turismo sustentável.

Por outro lado, a educação ambiental popular sugere a modificação do relacionamento com o meio ambiente inserido em um projeto de construção de um novo conjunto de hábitos sociais. Ainda, a educação ambiental atua como prática social de formação da cidadania e formação de seres humanos com capacidade de agir criticamente na sociedade (CARVALHO, 2001).

Sendo assim, a presente pesquisa objetiva orientar os proprietários ou responsáveis pelos empreendimentos da Rota Pelotas Colonial, sobre uma proposta de implantação de ações ambientais ligadas a destinação dos resíduos sólidos, de modo que o ambiente sofra menor degradação resultante das ações turísticas, que vem sendo realizadas no local. Com isso, as práticas adotadas pelos empreendimentos irão contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável.

2. METODOLOGIA

A Rota de Turismo Rural denominada Pelotas Colonial está localizada no interior do município de Pelotas, na região sul do estado do Rio Grande do Sul, (PELOTAS COLONIAL, 2018).

No ano de 2015 foi realizada uma pesquisa, baseada em entrevistas semiestruturadas, onde os pontos de discussão são pré-estabelecidos (ACEVEDO, 2009). As entrevistas foram realizadas por dez responsáveis ou proprietários, dos quatorze empreendimentos em funcionamento durante o período da pesquisa, pertencentes à Rota Pelotas Colonial.

Os entrevistados eram responsáveis pelos empreendimentos: Armazém Gruppelli, Cachoeira Paraíso, Cantina Ribes, Família Camelato, Pousada do Moinho, Sítio Águas Claras, Sítio Panamar, Templo das Águas, Trilha Jardim Espaço Arte e Vinhos Nardello. Devido a inviabilidade de encontro com quatro responsáveis faltantes, não foram realizadas as entrevistas com os responsáveis pelos empreendimentos: (Cachoeira do Arco Íris, Chácara dos Pinus, Parque Nova Cascata e Pousada do Monte).

O presente trabalho dará suporte para um projeto de extensão, visando orientar por meio de palestras sobre a importância da reciclagem e reutilização dos resíduos secos recicláveis produzidos nos empreendimentos. Além disso, mostrar sobre a destinação ambientalmente adequada para os resíduos orgânicos, realizada pelos estudantes do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, da Universidade Federal de Pelotas, pertencentes ao projeto de extensão.

O público-alvo é composto pelo grupo específico de proprietários ou responsáveis pelos empreendimentos da Rota Pelotas Colonial. Os conteúdos abordados nas palestras serão os seguintes: educação ambiental, Política Nacional de Resíduos Sólidos e NBR 15401, bem como será realizado um curso de compostagem. Além disso, os integrantes do projeto de extensão farão visitas periódicas para avaliar a adoção das ações ambientais e instruí-los sobre as possíveis dúvidas dos procedimentos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO ESPERADOS

Em 2015 foi feita a caracterização dos tipos de resíduos sólidos gerados nos empreendimentos da Rota Pelotas Colonial. Os resultados podem ser observados na figura 1.

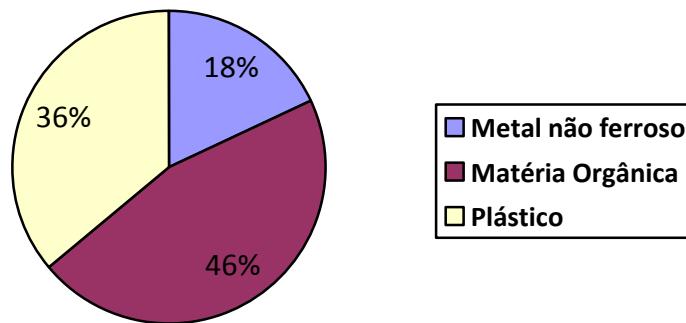


Figura 1: Gráfico da caracterização dos resíduos sólidos mais frequentes nos empreendimentos da Rota Pelotas Colonial.

A maior parte dos resíduos sólidos gerados nos empreendimentos é de natureza orgânica. Sendo assim, o projeto de extensão visa a implantação de um curso de capacitação em compostagem, que deve informar aos participantes todas as condições que afetam na biodegradação da matéria orgânica para que seja gerado um adubo de boa qualidade ambiental. Conforme explica CORRÉA, et al., (2012) a compostagem depende de fatores que influenciam a dinâmica microbiana para que ocorra a degradação biológica da matéria orgânica, sendo eles: a temperatura e pH adequados, nutrientes e oxigênio. Dessa forma, além de reduzir o volume produzido de resíduos sólidos o produto da compostagem pode servir como adubo orgânico para ser aplicado em hortas e plantas da propriedade rural.

Espera-se que o projeto de extensão forneça conhecimento ao empreendedor, por meio de palestras sobre a destinação correta dos resíduos sólidos e segregação correta do resíduo, com embasamento na PNRS e na NBR 15401. De acordo com a NBR 15401 (ABNT, 2006), o empreendimento deve adotar medidas para reduzir, reutilizar ou reciclar os resíduos sólidos gerados no ambiente e deve também evitar a utilização de embalagens descartáveis.

4. CONCLUSÕES

Com o desenvolvimento da educação ambiental em conjunto com a utilização das normas NBR 15401 nesses empreendimentos, espera-se que tenha uma redução na geração de resíduos e um melhor aproveitamento desses a fim de promover um equilíbrio entre o desenvolvimento do empreendimento e o meio ambiente. O empreendedor deve perceber a importância de possuir um conhecimento adequado a respeito das normas que regem o turismo sustentável e com isso agir na sociedade para que sejam reduzidos os impactos decorrentes da atividade turística. Dessa forma, a natureza que serve como base para a existência do turismo rural será preservada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, C.R. **Monografia no curso de administração:** guia completo de conteúdo e forma. São Paulo: Atlas, 2009.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15401:** Meios de hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.305, 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Acessado em 27 de ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm.

CARVALHO, I. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.2, 2001.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; FYALL, A.; GILBERT, D.; WANHILL, S. **Turismo: princípios e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CORRÊA, Érico Kunde; BIANCHI, Ivan; LUCIA JR, Thomaz; CORRÊA, Luciara Bilhava; MARQUES, Roger V; PAZ, Matheus F. Fundamentos da compostagem. In: **Gestão de resíduos sólidos**. Pelotas: UFPel, 2012.

PELOTAS COLONIAL. **Bem vindo à nossa Colônia**. Acessado em 28 de ago. 2018. Online. Disponível em <http://www.pelotascolonial.com.br/>.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**. São Paulo: Papirus Editora, 2012.